

Orçamento criticado

O Parlamento Europeu condenou os “*cortes radicais*” no **Fundo de Coesão** anunciados pela Comissão nas propostas relativas ao orçamento da UE pós-2020, garantindo que irá bater-se por um quadro mais ambicioso nas negociações com os Estados-Membros.

ver pág.8

Trabalhadores destacados

Os **trabalhadores destacados** noutros Estados-Membros da União Europeia (UE) vão ter direito a um **salário igual para trabalho igual** no mesmo local. As novas regras, terão de ser transpostas pelos Estados-Membros dentro de dois anos.

ver pág.3

Incêndios

O Parlamento Europeu aprovou a mobilização do **Fundo de Solidariedade** da União Europeia (no valor de 50.6 milhões de euros) para **ajudar Portugal** na sequência dos **incêndios florestais** que assolaram o país no ano passado.

ver pág.6

em destaque:

Primeiro relatório sobre Schengen

O **primeiro relatório anual do Parlamento Europeu (PE)** sobre o funcionamento do **espaço Schengen**, elaborado pelo Eurodeputado **Carlos Coelho**, foi aprovado por 439 votos a favor, 157 contra e 80 abstenções.

Carlos Coelho afirma que os Estados-Membros estão a **prolongar ilegalmente os controlos nas fronteiras internas**, exigindo o cumprimento do acervo de Schengen, a justificação para as decisões de manutenção dos controlos e o regresso à normalidade na liberdade de circulação.

Este relatório exprime, pela primeira vez, a posição do PE sobre o estado de Schengen. “*Os últimos três anos foram dramáticos*”, disse Carlos Coelho no debate em plenário, recordando que os controlos nas fronteiras internas voltaram a fazer parte do quotidiano de milhões de europeus.

O relatório considera que muitos dos prolongamentos dos controlos nas fronteiras internas não estão em conformidade com as normas vigentes no que se refere à sua duração, necessidade e proporcionalidade e “*são, portanto, ilegais*”.

O PE **condena “a construção de barreiras físicas, incluindo vedações, entre Estados-Membros”** e reitera as suas dúvidas quanto à compatibilidade de tais medidas com o *Código das Fronteiras Schengen*, instando a Comissão Europeia a “*avaliar de forma exaustiva*” as construções existentes e futuras.

Carlos Coelho defende que é necessário **preservar a liberdade de circulação** na Europa, em segurança, e devolver Schengen aos cidadãos europeus.

O espaço Schengen constitui **uma das maiores conquistas da UE**, permitindo a livre circulação de pessoas sem controlos nas fronteiras internas. Inclui 26 países, 400 milhões de pessoas e 50 mil quilómetros de fronteiras externas.

ver pág.13

Índice

Abertura da sessão: PE presta homenagem a Nicole Fontaine.....	3
Parlamento Europeu reforça direitos dos trabalhadores destacados noutros países da UE.....	3
Fraude ao IVA: Parlamento Europeu aprova acordo entre a UE e a Noruega.....	5
Incêndios: Parlamento Europeu aprova 50,6 milhões de euros para Portugal....	6
Parlamento Europeu fortalece instrumentos de defesa comercial da UE.....	8
Orçamento da UE pós-2020: PE quer reverter “cortes radicais” na coesão.....	8
Agricultura: PE opõe-se a qualquer renacionalização da PAC.....	11
Schengen: Controlos nas fronteiras internas estão a ser mantidos de forma ilegal, diz PE.....	13
Mecanismo de proteção civil: PE pronto para iniciar negociações com Estados-Membros.....	16
Ordem da sessão.....	19

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Abertura da sessão: PE presta homenagem a Nicole Fontaine

O presidente do PE, Antonio Tajani, lembrou a antiga presidente da instituição, Nicole Fontaine, que faleceu no dia 17 de maio. Foi respeitado um minuto de silêncio em sua memória.

Nicole Fontaine foi eleita pela primeira vez para o PE em 1984, tendo sido eurodeputada durante 23 anos. “O Parlamento deve-lhe muito”, disse Antonio Tajani, lembrando o seu trabalho pelo reforço do papel do PE e a sua profunda compreensão da vida institucional.

O lema “*Unidos na diversidade*” foi adotado durante a sua presidência do PE, recordou Tajani, acrescentando que a proximidade com os cidadãos e com os povos era vital para Nicole Fontaine.

“*Cabe-nos levar por diante o trabalho da nossa ilustre colega e dar um novo fôlego a este Parlamento*”, disse o presidente do PE, agradecendo a Nicole Fontaine o empenho que demonstrou ao longo da vida em trabalhar para os cidadãos da Europa.

Regulamento Geral da Proteção de Dados

O presidente do PE agradeceu a todos aqueles que trabalharam na legislação europeia sobre a proteção dos dados pessoais, em particular ao relator Jan Philipp Albrecht. “*Este é um passo decisivo para garantir uma utilização segura da Web e um impulso ao estabelecimento de padrões globais*”, disse Tajani.

Alterações à agenda

Foi acrescentado à agenda de quarta-feira um debate sobre a proposta legislativa relativa ao mecanismo de proteção civil da UE (relatório Gardini) - segundo debate da parte da tarde, depois do debate sobre os “Vistos Gold”. A votação terá lugar na quinta-feira.

A votação do relatório sobre o Acordo Interinstitucional «*Legislar melhor*» foi adiada de terça-feira para quarta-feira.

Um debate sobre a pergunta à Comissão “*Extensão do âmbito de aplicação do Capítulo I do Regulamento Bruxelas II-A a fim de incluir as parcerias registadas*” realizar-se-á na quarta-feira à tarde.

Anúncio da abertura de negociações com o Conselho

Os pedidos das comissões parlamentares para encetarem negociações interinstitucionais, ao abrigo do Artigo 69.º-C do Regimento do PE, estão publicados na página Web da sessão plenária (ver caixa “Informações e documentos prioritários”).

Parlamento Europeu reforça direitos dos trabalhadores destacados noutros países da UE

Os trabalhadores destacados noutros Estados-Membros da União Europeia (UE) vão ter direito a um salário igual para trabalho igual no mesmo local.

O Parlamento Europeu (PE) aprovou, por 456 votos a favor, 147 contra e 49 abstenções, a reforma da diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores.

As novas regras, que terão de ser transpostas pelos Estados-Membros dentro de dois anos, estipulam que os trabalhadores destacados devem auferir a mesma remuneração por um mesmo trabalho realizado no mesmo local, tendo em vista evitar o dumping social e distorções de concorrência entre as empresas.

Um trabalhador “*destacado*” é um trabalhador que é enviado temporariamente pelo seu empregador para realizar um serviço noutra Estado-Membro, sendo uma prática frequente no setor da construção, na indústria transformadora e no setor dos serviços, como os serviços a particulares (educação, saúde e trabalho social) e os serviços às empresas (administrativos, profissionais e financeiros).

A diretiva revista, já acordada entre o PE e os governos nacionais, estabelece que os trabalhadores destacados beneficiarão, de um modo geral, das mesmas normas sobre remuneração e condições de trabalho que se aplicam aos trabalhadores locais do país de acolhimento.

O regime de remuneração aplicar-se-á a partir do primeiro dia de destacamento. As despesas de viagem, de alimentação ou de alojamento não podem ser tidas como parte da remuneração, devendo ser pagas pelo empregador.

As condições de alojamento devem também estar em conformidade com as disposições nacionais em vigor no Estado-Membro onde são prestados os serviços, podendo as autoridades desse país certificar-se de que estão a ser respeitadas pelos empregadores.

Ao fim de 12 meses (com possibilidade de prorrogação por mais seis meses), considerar-se-á que um trabalhador foi destacado por um período de longa duração, passando então a aplicar-se a esse trabalhador quase todas as cláusulas da legislação laboral do país de acolhimento.

Estas regras, que alteram uma diretiva de 1996, visam reforçar os direitos dos trabalhadores destacados, facilitar a prestação de serviços transfronteiriços e combater o dumping social.

Situação específica do setor do transporte rodoviário

Devido à natureza fortemente móvel do trabalho nos transportes rodoviários internacionais, a aplicação da diretiva relativa ao destacamento dos trabalhadores neste setor “*suscita problemas e dificuldades específicos de natureza jurídica, que devem ser abordados através de regras específicas para o transporte rodoviário que reforcem também a luta contra a fraude e os abusos, no quadro do pacote relativo à mobilidade*”, diz o texto aprovado.

As disposições desta diretiva serão aplicáveis ao setor do transporte rodoviário internacional apenas a partir da data de entrada em vigor da futura legislação setorial específica.

Próximos passos

A diretiva deverá em seguida ser aprovada pelo Conselho e publicada no Jornal Oficial da UE. Os Estados-Membros terão dois anos para transpor as novas regras para a legislação nacional.

Em 2016, havia 2,3 milhões de trabalhadores destacados na UE. O destacamento aumentou 69% entre 2010 e 2016.

[Infográfico com dados por país, incluindo Portugal](#)

[Destacamento de trabalhadores: situação em Portugal \(2010–2016\)](#)

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) “*A liberdade de circulação de pessoas, bens, serviços e capitais é uma das principais mais-valias da União Europeia e uma das conquistas mais apreciadas pelos*

cidadãos europeus. É com base nessa liberdade que, no plano laboral, encontramos o destacamento de trabalhadores como forma de mobilidade temporária. A salvaguarda dos direitos fundamentais destes trabalhadores e a preservação da integridade do mercado interno justifica a ação da União que, a meu ver, deve procurar elevados padrões de proteção laboral e social.

Acompanho o entendimento de que o trabalhador destacado, independentemente de ser protegido pela legislação laboral do “país de origem”, deve ter direito a uma remuneração mínima equivalente à praticada no “país de destino”. Esta posição funda-se na elementar justiça e na defesa da equidade das condições de concorrência entre empresas e trabalhadores.

Concordo com previsões específicas para empresas de trabalho temporário, pela natural precariedade dos trabalhadores contratados segundo o regime de trabalho temporário. Acrescento ainda a necessidade de garantir que a transposição da diretiva e a aplicação das suas disposições promovam uma melhor partilha de informação entre Estados-Membros, de forma a garantir maior transparência e um melhor combate à fraude”.

João Pimenta Lopes (CEUE/EVN) *“Senhora Presidente, a revisão da diretiva de destacamento de trabalhadores, acenada como grande bandeira de pendor social, é, pelo contrário, bem demonstrativa de como a valorização dos direitos laborais e sociais não faz parte das prioridades da Comissão, tão pouco da maioria do Parlamento Europeu.*

Rejeitamos a visão negociada entre o Conselho e o Parlamento que, na prática, possibilita um período de destacamento interminável em função das necessidades do patrão. Sejam claros: quem está dois anos ou mais a trabalhar noutra país não está destacado, está emigrado.

A proposta retira às empresas a responsabilidade da aplicação dos direitos laborais. A não aplicação explícita do princípio de salário igual para trabalho igual implica a não garantia do princípio da igualdade remuneratória, escancara a porta explicitamente ao recurso às empresas de trabalho temporário que, sabemos bem, subsistem na base de baixos salários e condições de trabalho precárias, ou seja, procuram manter e garantir um exército móvel de mão-de-obra barata de países, como Portugal, que alimentem os lucros das grandes empresas transnacionais europeias”.

Fraude ao IVA: Parlamento Europeu aprova acordo entre a UE e a Noruega

O Parlamento Europeu deu luz verde a um acordo entre a UE e a Noruega sobre a cooperação administrativa, a luta contra a fraude e a cobrança de créditos no domínio do IVA.

O objetivo do acordo é estabelecer um quadro de assistência mútua na luta contra a fraude transfronteiriça ao imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e ajudar cada país a recuperar o imposto que lhe é devido.

O eurodeputado português Miguel Viegas, relator da comissão parlamentar dos Assuntos Económicos e Monetários, congratula-se com este acordo e incentiva os Estados-Membros a mandatarem a Comissão Europeia para negociar acordos semelhantes de cooperação em matéria de IVA com outros países pertencentes ao Espaço Económico Europeu/Associação Europeia de Comércio Livre (EEE/EFTA).

A fraude ao IVA com operadores de países terceiros representa um risco especialmente nos setores das telecomunicações e dos serviços eletrónicos.

Entre 2009 e 2012, as autoridades fiscais norueguesas comunicaram às autoridades dos Estados-Membros informação sobre operações fraudulentas num montante total de 2,703 milhões de euros.

No âmbito do quadro legal em vigor, a cooperação administrativa com a Noruega é ocasional e apenas possível com base nos acordos bilaterais entre este país e cada um dos Estados-Membros. Este acordo bilateral entre a UE e a Noruega permitirá uma cooperação mais eficiente entre as partes para combater a fraude e proteger os orçamentos públicos.

O relatório de Miguel Viegas foi aprovado em plenário por 585 votos a favor, 12 contra e 41 abstenções.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“O Regulamento (UE) nº 904/2010 do Conselho e a Diretiva 2010/24/UE do Conselho definem o quadro jurídico para a cooperação dos Estados-Membros em matéria de prevenção e luta contra a fraude e de cobrança de créditos no domínio do IVA.*

A experiência demonstrou que, muitas vezes, os autores de fraude exploram as lacunas no controlo das operações que envolvem empresas situadas em países terceiros. A fraude do IVA que envolve operadores de países terceiros representa um risco especialmente nos sectores das telecomunicações e dos serviços eletrónicos.

Neste sentido, tornam-se necessários instrumentos mais eficazes para combater a fraude e proteger os orçamentos públicos. O objetivo do presente acordo é estabelecer um quadro de assistência mútua na luta contra a fraude transfronteiriça ao IVA e ajudar cada país a recuperar o IVA que lhe é devido.

Este acordo bilateral entre a UE e a Noruega proporciona um quadro legal sólido para uma cooperação eficiente entre a Noruega e os Estados-Membros. Esta cooperação seguirá a mesma estrutura de cooperação atualmente em vigor entre os Estados-Membros e beneficiará dos mesmos instrumentos, como as plataformas eletrónicas e formulários eletrónicos. Pelo exposto, apoio o presente relatório”.

Incêndios: Parlamento Europeu aprova 50,6 milhões de euros para Portugal

O Parlamento Europeu aprovou a mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para ajudar Portugal na sequência dos incêndios florestais que assolaram o país no ano passado.

O apoio financeiro do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) visa ajudar a cobrir os custos das medidas de emergência e contribuir para o restabelecimento das infraestruturas danificadas.

A proposta de mobilização do FSUE foi apresentada pela Comissão Europeia em 15 de fevereiro, no seguimento do pedido de assistência financeira enviado pelas autoridades portuguesas em 17 de julho de 2017 e atualizado em 13 de outubro e 14 de dezembro, na sequência dos incêndios florestais que assolaram Pedrógão Grande e outras localidades do Centro e Norte do país. Um adiantamento de 1,5 milhões de euros do FSUE foi entregue a Portugal em novembro.

Para além dos 50,6 milhões de euros para Portugal, a proposta aprovada em plenário por 629 votos a favor, 21 contra e nove abstenções, prevê também a concessão de assistência financeira à Espanha (3,2 milhões de euros), relacionada com os incêndios na Galiza, à França (49 milhões), devido aos furacões em São Martinho e Guadalupe, e à Grécia (1,3 milhões), na sequência dos sismos na ilha de Lesbos.

O Eurodeputado José Manuel Fernandes, relator da comissão parlamentar dos Orçamentos sobre esta proposta, insta os Estados-Membros a investirem na prevenção de catástrofes, através da mobilização dos meios necessários e da utilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), a fim de evitar a perda de vidas humanas no futuro.

O Parlamento Europeu é favorável a que os Estados-Membros utilizem os FEEI para a reconstrução das regiões afetadas, convidando a Comissão a apoiar e a aprovar com celeridade a reafetação financeira dos acordos de parceria solicitada pelos Estados-Membros para esse efeito.

As regiões assoladas pelos incêndios inserem-se na categoria de “*região menos desenvolvida*” no âmbito dos FEEI para o período de 2014-2020. As autoridades portuguesas manifestaram à Comissão a sua intenção de reafetar o financiamento dos programas do FEEI a favor de medidas de recuperação.

A proposta de decisão sobre a mobilização do FSUE é acompanhada pelo projeto de orçamento rectificativo n.º 1/2018, que propõe a inscrição das dotações necessárias no orçamento geral da UE de 2018, aprovado por 650 votos a favor, 28 contra e uma abstenção.

A fim de reduzir ao mínimo o tempo necessário para a mobilização do Fundo, a decisão será aplicável a partir da data da sua adoção.

Portugal já recebeu financiamento do FSUE em três ocasiões, na sequência dos incêndios florestais de 2003, das cheias e desabamentos de terras na Madeira em 2010 e dos incêndios na ilha em 2011.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

José Manuel Fernandes (PPE) *“Senhor Presidente, serei muito rápido. Neste relatório, propomos a mobilização de 104 milhões de euros para Portugal, Espanha, França e Grécia, para fazer face aos prejuízos de catástrofes naturais, mas também neste mesmo relatório pedimos aos Estados-Membros para tudo fazerem, para utilizarem todos os meios e os fundos à sua disposição para atuarem no sentido da prevenção. A prevenção é a melhor solução.*

No meu país, em 2017, perderam a vida mais de 100 pessoas em incêndios. Esta situação não se pode repetir e todos temos de colaborar para que tal não volte a acontecer.

Também nesta resolução pedimos para que os Estados-Membros que recebem estes montantes do Fundo de Solidariedade, que são uma prova de uma solidariedade, de facto, os utilizem de forma justa, transparente e qualitativa”.

Carlos Coelho (PPE) *“O Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) é um instrumento financeiro de solidariedade da União Europeia criado para fazer face a situações de emergência resultantes de grandes catástrofes naturais ocorridas nos Estados-Membros da União Europeia e nos Estados que estão a negociar a respetiva adesão. O FSUE destina-se a fornecer ajuda financeira de emergência às populações que sofreram as consequências das catástrofes naturais, nomeadamente através de uma assistência rápida, eficaz e flexível às regiões afetadas de forma a permitir às populações retomarem um curso de vida normal.*

As catástrofes naturais que ocorreram em 2017 na UE - incêndios em Portugal e Espanha, furacões na França e sismos na Grécia- provocaram a perda de vidas humanas e uma grande destruição nas regiões afetadas, que são classificadas na sua maioria, como “regiões menos desenvolvidas”.

O presente relatório propõe a mobilização de 1.359.119 EUR a favor da Grécia, 3.228.675 EUR a favor da Espanha, 48 906 025 EUR a favor da França e 50.673.132 EUR a favor de Portugal.

Os Estados-Membros deverão utilizar a contribuição financeira do FSUE de forma transparente, assegurando uma distribuição equitativa por todas as regiões afetadas. Pelo exposto, apoio o presente relatório e felicito o meu colega José Manuel Fernandes pelo excelente trabalho realizado”.

Parlamento Europeu fortalece instrumentos de defesa comercial da UE

Os eurodeputados aprovaram a modernização dos instrumentos de defesa comercial para proteger o emprego e a indústria na União Europeia.

A proposta legislativa, já acordada entre o Parlamento Europeu e os Estados-Membros, altera os atuais regulamentos anti-dumping e anti-subsídios para melhor proteger as empresas europeias de práticas comerciais desleais. O objetivo é combater o dumping social e ambiental de uma forma mais eficaz e proteger os produtores europeus dos prejuízos causados pela concorrência desleal de países terceiros.

As novas regras autorizam a imposição de direitos mais elevados sobre as importações que são objeto de dumping ou de subsídios, permitem que sejam iniciadas investigações sem um pedido oficial da indústria quando existir uma ameaça de retaliação por parte de países terceiros e encurtam o período das investigações. Têm também em conta critérios sociais e ambientais.

Os sindicatos poderão apresentar queixas juntamente com a indústria e será criado um Serviço de Apoio dedicado às PME.

Esta é a primeira revisão fundamental dos instrumentos de defesa comercial desde 1995. O regulamento entrará em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia, o que deverá acontecer na primeira quinzena de junho.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“A política comercial comum é constituída por acordos comerciais e instrumentos legislativos que devem garantir os interesses comerciais da União, contribuindo para o crescimento sustentável e a criação de emprego ao mesmo tempo que promove o bem-estar e os valores da União.*

Desde a publicação em 2015 da Estratégia “Comércio para todos”, novos desafios se colocaram em matéria de comércio: o aumento da importância económica do continente asiático, as medidas protecionistas de outros Estados, o Brexit, etc.

Apoio o relatório Tokia Saïfi que vem fazer uma análise intercalar da política comercial da UE. De ressaltar a importância para a UE do sistema multilateral como forma de comércio global inclusivo que dê às empresas condições de concorrência justas e equitativas. De lamentar que alguns parceiros da UE não respeitem as disposições em matéria de acesso aos mercados de contratos públicos prejudicando as empresas da EU, devendo do mesmo modo ser feito um acompanhamento regular do Sistema de Preferências Generalizadas da UE.

Concordo que é fundamental promover uma maior transparência na execução da política comercial da UE, em especial na fase de negociação de acordos comerciais”.

Orçamento da UE pós-2020: PE quer reverter “cortes radicais” na coesão

O Parlamento Europeu condenou os “cortes radicais” no Fundo de Coesão anunciados pela Comissão nas propostas relativas ao orçamento da UE pós-2020, garantindo que irá bater-se por um quadro mais ambicioso nas negociações com os Estados-Membros.

A proposta da Comissão sobre o próximo quadro financeiro plurianual (QFP), apresentada no dia 2 de maio, *“enfraquece as principais políticas de solidariedade da UE”*, diz o Parlamento Europeu (PE), notando que esta conduz diretamente a uma redução do nível tanto da política agrícola comum (PAC) como da política de coesão, de 15 % e 10 %, respetivamente.

Os eurodeputados encontraram discrepâncias entre os dados comunicados pela Comissão e as propostas relativas ao QFP. “*O aumento das dotações de vários programas da UE é, na realidade, significativamente inferior ao inicialmente previsto pela Comissão, enquanto os cortes de que são alvo outros programas são significativamente mais elevados*”, diz uma resolução aprovada em plenário por 409 votos a favor, 213 contra e 61 abstenções.

O PE condena, em particular, os “*cortes radicais*” propostos para o Fundo de Coesão (45 %) ou para o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (mais de 25 %), “*que terão um impacto negativo na natureza e nos objetivos destas políticas*”.

Os eurodeputados reiteram a sua intenção de negociar com os Estados-Membros um QFP mais ambicioso no interesse dos cidadãos, propondo:

- manter o financiamento da PAC e da política de coesão para a UE27 pelo menos ao nível do orçamento de 2014-2020 em termos reais, respeitando a arquitetura global destas políticas;
- triplicar o orçamento atual do programa Erasmus+ (mobilidade dos estudantes);
- duplicar os recursos financeiros específicos para as PME e a luta contra o desemprego dos jovens;
- aumentar o atual orçamento destinado à investigação e à inovação em, pelo menos, 50 % para que atinja 120 mil milhões de euros;
- duplicar os fundos atribuídos ao programa Life+ (ambiente);
- aumentar significativamente o investimento através do Mecanismo Interligar a Europa (redes europeias no domínio dos transportes, da energia e das infraestruturas digitais);
- garantir recursos financeiros adicionais para a segurança, a migração e as relações externas.

O PE está dececionado com o nível global proposto para o próximo QFP 2021-2027, fixado em 1,1 biliões de euros (o que representa 1,08 % do RNB da UE27), abaixo dos 1,3 % do RNB defendidos pelos eurodeputados num relatório aprovado em 14 de março.

Novos recursos próprios da UE

A assembleia europeia saúda os planos de introdução de três novos recursos próprios da UE (receitas do regime de comércio de licenças de emissão, uma taxa aplicada à matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades e uma contribuição nacional calculada sobre a quantidade de resíduos de embalagens de plástico não recicladas em cada Estado-Membro), como propostos pelo PE em março.

Os eurodeputados questionam, no entanto, a ausência de propostas da Comissão sobre coimas impostas às empresas por violação das regras da concorrência, bem como um imposto sobre as grandes empresas do setor digital e o imposto sobre as transações financeiras.

O PE recorda a sua posição segundo a qual tanto o lado das despesas como o das receitas do próximo QFP devem ser tratados como um pacote único nas futuras negociações e que não será alcançado um acordo com o Parlamento sobre o QFP sem que se registem progressos correspondentes no que aos recursos próprios diz respeito.

O orçamento de longo prazo da UE terá de ser acordado por unanimidade pelos Estados-Membros e aprovado pelo PE para poder entrar em vigor.

Intervenções de Eurodeputados portugueses:

José Manuel Fernandes (PPE) *“Senhor Presidente, Caro Comissário, o Parlamento Europeu quer uma Europa coesa do ponto de vista territorial e social, quer uma Europa unida, quer uma União Europeia competitiva, segura e solidária. E esta palavra tem de se traduzir em ações concretas.*

Nós não podemos dizer que a política de coesão funciona bem e tem aumentado o produto interno bruto numa série de países, e até ajuda todos os outros Estados-Membros, e depois vamos cortar essa política de coesão e, mais grave, cortamos àqueles que mais precisam, cortamos aos mais pobres.

Eu considero que é inaceitável o corte de 45 % no fundo de coesão que é destinado aos Estados-Membros que têm menos de 90 % do rendimento nacional bruto per capita. Aquilo que funciona bem deve continuar, a política de coesão, a política agrícola comum e, nomeadamente, o desenvolvimento rural. Um corte também de 25 % é incompreensível. Ninguém conseguirá explicar aos eleitores, por exemplo, que os Estados-Membros mais pobres terão cortes superiores aos Estados-Membros mais ricos.

Nós precisamos de que a solidariedade seja uma solidariedade de facto. O valor acrescentado do orçamento está mais do que provado: no orçamento da União Europeia, 94 % é investimento e só 6% é que são despesas correntes, ou melhor, despesas de administração e de funcionamento”.

Carlos Coelho (PPE) *“O Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 é fundamental para prosseguir os objetivos da União. Mas esta proposta representa apenas 1,08% do RNB da UE27. Isto significa um futuro QFP inferior ao atual, em termos reais. Facto grave quando verificamos que o atual QFP é inferior ao anterior e já se provou insuficiente para as necessidades da União. Concordo com fixação do QFP em 1,3% do RNB como base mínima face às novas prioridades e desafios emergentes da UE.*

Discordo da proposta de redução do financiamento da política agrícola comum e da política de coesão. Lamento que os cálculos da Comissão sejam tão díspares das contas do Parlamento. Parece mais contabilidade criativa do que leal prestação de contas aos representantes dos cidadãos.

Defendo a manutenção do financiamento da PAC e políticas de coesão e o reforço do Erasmus+, dos instrumentos financeiros para PME, do apoio à investigação e inovação, dos mecanismos de investimento e dos recursos para segurança, migração e relações externas. Concordo com a introdução de novos recursos próprios e com a simplificação do recurso baseado no IVA, bem como com a eliminação de todos os abatimentos e todas as correções e confio no bom trabalho do Deputado José Manuel Fernandes nesta matéria”.

Maria João Rodrigues (S&D) *“Mr President, the European institutions cannot adopt a budget for the future which we will cut in cohesion and convergence. This is just unacceptable, and we need to take into account the situation we have. Of course we need to address the challenges, but we need absolutely to keep a budget which reduces social inequalities and keeps the opportunity to invest in the future. This should happen for the European Union as a whole, but also for the eurozone. And let me make a special call on the European Commission, which is adopting in two days, finally, something to equip the eurozone with fiscal capacity. You need to be bold, because the eurozone has been suffering with deep divergences for many years. Look to the situation we now have in Italy. We are on the brink of a disaster – an economic, social, political disaster. Some call for leaving the eurozone in order to leave austerity. They are wrong. Others are calling to accept to stay in the eurozone, as it deals with austerity. They are also wrong. The solution we need to have is to reform the eurozone to make it a space where people can invest in the future and have again confidence in the future, and we Social Democrats have a full plan for this, and will be criticising all those who are opposing this necessary reform. So the Commission has this opportunity. We need to have a fiscal capacity able to support investment in the future, to support upward economic and social convergence and to protect people from shocks. This is the moment to send this message, because we cannot play with fire”.*

Agricultura: PE opõe-se a qualquer renacionalização da PAC

O Parlamento Europeu (PE) aprovou a sua posição sobre a futura reforma da política agrícola comum (PAC), rejeitando a sua renacionalização e apelando a um financiamento justo.

O relatório sobre o futuro da alimentação e da agricultura, que expõe a posição do PE em vésperas de a Comissão Europeia apresentar as propostas legislativas sobre a reforma da PAC pós-2020, diz que os Estados-Membros devem beneficiar de um “*nível razoável de flexibilidade no âmbito de um sólido quadro comum europeu de regras*”, mas rejeita qualquer possibilidade de renacionalização desta política, que “*agravaria os desequilíbrios em termos de concorrência no mercado único*”.

A futura reforma deverá simplificar, modernizar e reorientar a PAC para que assegure o rendimento dos agricultores e responda de forma mais eficaz às expectativas da sociedade em matéria de qualidade e segurança alimentares, alterações climáticas, saúde pública e emprego.

Pagamentos diretos devem ser integralmente financiados por fundos europeus

O PE defende a manutenção da atual arquitetura de dois pilares (pagamentos diretos aos agricultores e desenvolvimento rural), sendo que “*o primeiro pilar deve ser integralmente financiado por fundos europeus*” e o segundo pilar deve responder às necessidades específicas dos Estados-Membros.

“*Com a sua atual estrutura, a PAC só pode realizar os seus objetivos se dispuser de financiamento suficiente*”, diz o PE, apelando a que o orçamento da PAC seja “*aumentado ou mantido em euros constantes no próximo quadro financeiro plurianual*” (QFP).

O PE quer que o sistema atual de cálculo dos pagamentos diretos abrangidos pelo primeiro pilar, em especial nos Estados-Membros em que o valor dos direitos ainda é calculado em parte com base em referências históricas, seja modernizado e substituído por um método de cálculo dos pagamentos a nível da UE, cujo elemento de base seja o apoio ao rendimento dos agricultores dentro de certos limites e que poderia aumentar proporcionalmente à contribuição para o fornecimento de bens públicos.

A assembleia europeia defende uma distribuição equitativa dos pagamentos diretos entre Estados-Membros, que tenha em conta critérios objetivos, tais como “*os montantes recebidos pelos países ao abrigo dos primeiro e segundo pilares e o facto de as condições naturais, o emprego, as circunstâncias socioeconómicas, os níveis gerais de vida, os custos de produção, em especial os custos da terra, e o poder de compra não serem os mesmos em toda a UE*”.

A PAC deve assentar num “*conjunto sólido e comum de regras, objetivos, indicadores e controlos da UE*”, devendo os Estados-Membros conceber as suas próprias estratégias nacionais para que a aplicação desta política seja “*mais adaptada às realidades dos diferentes tipos de agricultura na Europa*”, no âmbito desse quadro comum europeu.

Ambiente e alterações climáticas

O PE considera prioritária a transição de todas as explorações agrícolas europeias para uma prática agrícola sustentável e a sua integração plena na economia circular, incentivando a inovação, a investigação e a modernização no setor agrícola.

Os Eurodeputados apelam à Comissão para que introduza um novo regime de condicionalidade coerente, reforçado e simplificado no primeiro pilar, que permita a

integração e execução dos diferentes tipos de ações ambientais existentes, como as atuais medidas em matéria de condicionalidade e de ecologização.

O executivo comunitário deverá também garantir que as medidas agroambientais e climáticas para o desenvolvimento rural, no âmbito do segundo pilar, continuem a compensar os custos e défices adicionais associados à aplicação voluntária pelos agricultores de práticas respeitadoras do ambiente e do clima, com a possibilidade de acrescentar um incentivo ao investimento na proteção do ambiente, na biodiversidade e na eficiência dos recursos.

A assembleia europeia rejeita o corte de 25% no orçamento do desenvolvimento rural, anunciado na proposta do QFP 2021-2027 apresentada pela Comissão no dia 2 de maio.

As regiões mediterrânicas da UE são mais vulneráveis ao impacto das alterações climáticas, tais como secas, incêndios e desertificação, pelo que os agricultores destas regiões necessitarão de envidar maiores esforços para adaptar a sua atividade às alterações das condições ambientais, notam os eurodeputados.

Regiões ultraperiféricas

O PE considera que o orçamento do Programa de Opções Específicas relativas ao Afastamento e à Insularidade (POSEI) *“deve ser mantido a níveis suficientes para fazer face aos problemas da agricultura nas regiões ultraperiféricas”*, tal como solicitado por diversas vezes pelos eurodeputados. Devido às suas limitações específicas, o financiamento da PAC é de vital importância para estas regiões, nota o PE, alertando que *“qualquer redução teria um impacto muito prejudicial em muitos produtos agrícolas”*.

Touradas

Os eurodeputados pedem ainda à Comissão que proceda às necessárias adaptações da futura PAC para dar execução ao pedido do PE de não utilizar quaisquer dos subsídios agrícolas para a criação de touros destinados às touradas.

Próximos passos

O relatório foi aprovado em plenário por 468 votos a favor, 123 contra e 89 abstenções. A Comissão Europeia deverá apresentar as propostas legislativas sobre a reforma da PAC no dia 1 de junho, que terão depois de ser negociadas entre o PE e o Conselho (Estados-Membros).

Intervenções de Eurodeputados portugueses:

Sofia Ribeiro (PPE) *“Senhor Presidente, a renovação geracional e de conhecimentos é fundamental para a agricultura, pois assim conseguimos trazer gente nova, novas práticas, novas tecnologias e melhores formas de produzirmos produtos agrícolas com menos custos, menos riscos para o ambiente, para a saúde humana e de forma sustentável.*

No entanto, esta renovação não significa tirar a uns para pôr a outros, mas sim para integrar os novos conhecimentos nas práticas seculares dos nossos agricultores mais experientes que têm contribuído, e muito, para o bem público que é a agricultura.

Não podemos também esquecer que, em muitos casos, os jovens já colaboram nas explorações familiares mas que, infelizmente, raramente conseguem ter a sua própria exploração devido às verbas envolvidas para a instalação dos novos agricultores. Por isso, considero que os jovens agricultores deveriam ter uma majoração nos apoios sempre que assumam a responsabilidade de explorações familiares, de modo a continuar esta atividade, até porque, como sabemos, os jovens têm maiores dificuldades de acesso ao capital.

Assim, é fundamental que a União Europeia permita uma retirada digna do setor dos mais experientes com apoios claros, abrindo desta forma espaço para os mais jovens”.

Nuno Melo (PPE) *“Senhor Presidente, este relatório é importante e oportuno; temos que considerar que ao nível da Europa há um agricultor com menos de 35 anos por cada nove com idade superior a 55 anos. Em alguns Estados como Portugal, Espanha, Itália, Reino Unido ou Bulgária, a proporção de jovens agricultores é muito baixa, só um agricultor por cada vinte com mais de 55 anos.*

O que está em causa é obviamente a manutenção da nossa autossuficiência alimentar e os problemas residem fundamentalmente na instalação de agricultores, no acesso à terra, na transmissão de explorações dos mais antigos para os mais novos e no acesso ao crédito.

Nós, enfim, enquanto alterações que apresentamos, há várias sugestões que nos fazem sentido, como a criação de um programa à semelhança do Erasmus associado à formação profissional para melhorar as competências e a troca de experiências entre jovens agricultores, o apoio aos jovens que pretendem técnicas e processos de produção inovadores.

Enfim, ninguém questiona o carácter estratégico da agricultura, mas há um abandono das terras que é grave e é preciso dar aos jovens das zonas rurais as mesmas condições que são dadas aos jovens nas zonas urbanas. E pergunto, até terminando, se é compreensível que, por exemplo, no meu país, os agricultores recebam hoje em dia menos dinheiro pela venda dos seus produtos do que em 1986, data da adesão de Portugal à União Europeia. Certamente, quando é assim, a agricultura não é atrativa”.

Ricardo Serrão Santos (S&D) *“Senhor Presidente, Senhor Comissário, a agricultura na Europa, como qualquer outra atividade económica, carece, e foi dito aqui, de jovens que proporcionem a renovação geracional necessária à continuidade do setor com maior dinamismo e abertura a soluções inovadoras.*

Para além das tendências socioeconómicas que podem justificar o envelhecimento dos campos na Europa, o acesso à terra, a vocação vocacional, o acesso a seguros e ao crédito condicionam a instalação de jovens na agricultura. É fundamental conceder aos Estados-Membros instrumentos adequados no âmbito da PAC para promover o rejuvenescimento do setor agrícola através de medidas específicas no âmbito do primeiro e segundo pilar.

É importante também, e isto é preciso realçar, que as políticas nacionais possam confortar estes mecanismos com políticas facilitadoras de acesso ao crédito, arrendamento, herança de terras e bonificações fiscais com o objetivo de atrair os jovens e requalificar o tecido rural”.

Schengen: Controlos nas fronteiras internas estão a ser mantidos de forma ilegal, diz PE

O primeiro relatório anual do Parlamento Europeu (PE) sobre o funcionamento do espaço Schengen, elaborado pelo Eurodeputado Carlos Coelho, foi aprovado por 439 votos a favor, 157 contra e 80 abstenções.

Carlos Coelho afirma que os Estados-Membros estão a prolongar ilegalmente os controlos nas fronteiras internas, exigindo o cumprimento do acervo de Schengen, a justificação para as decisões de manutenção dos controlos e o regresso à normalidade na liberdade de circulação.

Este relatório exprime, pela primeira vez, a posição do PE sobre o estado de Schengen. “Os últimos três anos foram dramáticos”, disse Carlos Coelho no debate em plenário, recordando que os controlos nas fronteiras internas voltaram a fazer parte do quotidiano de milhões de europeus.

“Os governos nacionais, a par das franjas mais populistas do nosso espetro político, transformaram Schengen no bode expiatório para as falhas nas políticas de segurança e para as fragilidades do Sistema Europeu Comum de Asilo. Colocaram Schengen em coma, a carregar males que não são os seus. Para espiar culpas e ganhar eleições, os Estados-Membros estão a utilizar de forma leviana a bomba atómica de Schengen e fazem-no ilegalmente”, afirmou o eurodeputado.

O relatório considera que muitos dos prolongamentos dos controlos nas fronteiras internas não estão em conformidade com as normas vigentes no que se refere à sua duração, necessidade e proporcionalidade e “são, portanto, ilegais”.

O PE condena “a construção de barreiras físicas, incluindo vedações, entre Estados-Membros” e reitera as suas dúvidas quanto à compatibilidade de tais medidas com o Código das Fronteiras Schengen, instando a Comissão Europeia a “avaliar de forma exaustiva” as construções existentes e futuras.

Devolver Schengen aos cidadãos

Carlos Coelho defende que é necessário preservar a liberdade de circulação na Europa, em segurança, e devolver Schengen aos cidadãos europeus.

O espaço Schengen constitui uma das maiores conquistas da UE, permitindo a livre circulação de pessoas sem controlos nas fronteiras internas. Inclui 26 países, 400 milhões de pessoas e 50 mil quilómetros de fronteiras externas.

Nos últimos anos, foram vários os fatores que afetaram o funcionamento de Schengen. A reintrodução e prolongamento dos controlos nas fronteiras internas por vários Estados-Membros a partir de 2014 “parece estar associada a uma perceção de ameaças à ordem pública e à segurança interna relacionadas com a circulação de pessoas e o terrorismo, bem como com o número de pessoas que procuram obter proteção internacional e de migrantes em situação irregular que chegam à UE, e não a provas sólidas da existência real de uma ameaça grave ou ao número real dos que chegam à UE”, diz o relatório.

A manutenção dos controlos nas fronteiras internas da União ou a reintrodução desses controlos no espaço Schengen tem “graves repercussões na vida dos cidadãos europeus e de todos os que beneficiam do princípio da livre circulação no interior da UE”, comportando custos diretos no plano operacional e do investimento para os trabalhadores transfronteiriços, os turistas, as empresas de transporte rodoviário de mercadorias e as administrações públicas, sublinha o documento.

As estimativas dos custos ligados à reintrodução dos controlos nas fronteiras variam entre 0,05 mil milhões e 20 mil milhões de euros em custos excecionais e 2 mil milhões de euros em custos operacionais anuais.

Os países europeus construíram mais de 1 200 km de muros e fronteiras com um custo de, pelo menos, 500 milhões de euros, segundo as estimativas. Entre 2007 e 2010, os fundos da UE contribuíram para a implantação de 545 sistemas de vigilância das fronteiras, que cobrem 8 279 km das fronteiras externas da UE e 22 347 equipamentos de vigilância.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) “*Senhora Presidente, Senhor Comissário, Caros Colegas, em 1990, numa pequena localidade do Luxemburgo que ficaria na História, assinava-se a convenção de aplicação do Acordo de Schengen. O mais tarde Presidente do Parlamento Europeu, Pieter Dankert, perguntou na altura quem é que há quarenta anos poderia ter imaginado que a França, a Alemanha, quase reunificada, e o Benelux assinariam um acordo aqui em Schengen. Permitam-me que adapte aos dias de hoje estas palavras históricas. Quem imaginaria, há vinte anos, que o espaço de livre circulação incluiria vinte e seis países, quatrocentos milhões de pessoas e cinquenta mil quilómetros de fronteiras externas? Quem imaginaria que o Parlamento Europeu estaria, pela primeira vez, hoje a debater o seu relatório sobre o estado de Schengen?*

Em 1990, Pieter Dankert respondia à sua pergunta com um resolutivo «Conseguimos». Hoje, sabemos, porém, que Schengen nunca está concluído, nem garantido. A entrada plena da Bulgária e da Roménia permanece por cumprir. É inaceitável que, sete anos depois de cumprirem todos os requisitos para beneficiarem da liberdade de circulação, búlgaros e romenos continuem a ser tratados pelo Conselho como cidadãos de segunda. Espero que,

amanhã, o Parlamento Europeu reafirme, uma vez mais, que a Bulgária e a Roménia devem, de pleno direito, ser membros de Schengen.

Caros colegas, Schengen nunca está concluído nem garantido, de facto, e trinta e três anos depois da assinatura do Acordo de Schengen enfrentamos novos perigos e desafios. Os últimos três anos foram dramáticos. Uma aparente nova normalidade emergiu. Controlos nas fronteiras internas voltaram a fazer parte do quotidiano de milhões de europeus. Os governos nacionais, a par das franjas mais populistas do nosso espetro político, transformaram Schengen no bode expiatório para as falhas nas políticas de segurança e para as fragilidades do sistema europeu comum de asilo. Colocaram Schengen em coma, a carregar males que não são os seus. Para espiar culpas e ganhar eleições, os Estados-Membros estão a utilizar de forma leviana a bomba atómica de Schengen e fazem-no ilegalmente. O período máximo acordado pelos próprios Estados-Membros foi largamente ultrapassado e os motivos vagos e apresentados a contragosto não encontram reflexo na realidade. Se Schengen perecer, o impacto económico poderá alcançar os cinquenta mil milhões de euros, mas desaparece, sobretudo, a maior expressão da Europa dos cidadãos.

Sr. Presidente, o Sistema de Informação de Schengen é o maior sistema europeu no combate ao crime e no controlo das nossas fronteiras. No entanto, há Estados-Membros que continuam a desrespeitar as normas relativas à sua utilização. O Reino Unido, não sendo único, é particularmente grave neste domínio. Já após a aprovação deste relatório da Comissão, o grupo de trabalho para Schengen a que presido foi informado dos graves problemas na utilização do SIS pelo Reino Unido. O acesso deste Estado é provisório pela circunstância de não ser membro de Schengen e é, portanto, independente do seu processo de saída. Esta avaliação já não é a primeira com resultados graves. No entanto, causa particular preocupação neste momento, porque o Reino Unido está em processo de saída mas pretende manter uma relação com a União também no âmbito da segurança. Também aqui o Conselho e a Comissão deverão trabalhar com o Parlamento no sentido de encontrar uma solução.

Sr, Comissário Avramopoulos, precisamos de devolver Schengen aos cidadãos. A Comissão não pode temer utilizar todos os instrumentos à sua disposição e pode contar com o apoio deste Parlamento. Com este relatório, damos um passo significativo no exercício do escrutínio democrático de Schengen, aumentamos a transparência e, com isso, uma discussão mais séria e, caros colegas, o problema do combate ao terrorismo não se resolve com mais fronteiras, resolve-se com mais cooperação. Se os governos nacionais não têm a coragem de resgatar Schengen, tenhamos nós a coragem de salvar a liberdade dos cidadãos europeus”.

Ana Gomes (S&D) “Senhor Presidente, agradeço ao relator Carlos Coelho e apoio tudo o que aqui sublinhou, incluindo sobre o uso do SIS pelo Reino Unido e a inclusão da Roménia e Bulgária. Neste relatório mostramos que os principais problemas no funcionamento do sistema de Schengen resultam da tacanhez política, do egoísmo e da falta de solidariedade entre Estados-Membros na resposta a desafios de segurança transnacionais, em especial o terrorismo, que pedem mais Europa e mais Europa passa por Schengen.

Também a Comissão Europeia, Sr. Avramopoulos, não pode continuar a assobiar para o ar, ignorando violações de Schengen que comprometem a integridade do sistema e põem em causa a segurança coletiva. Dos vistos gold em que competem perversamente diversos Estados-Membros, incluindo o meu país, Portugal, ao caso de Malta, onde há testemunhos alarmantes de esquemas organizados de venda massiva de vistos Schengen a líbios e argelinos, para não falar da vergonha que é o dirty deal ilegal feito pela União Europeia com a Turquia.

Quando vai a União Europeia cumprir Schengen e não deixar mais que sejam as máfias traficantes a gerir os fluxos migratórios, como denunciou o Secretário-Geral das Nações Unidas António Guterres? Quando vai o Conselho desbloquear a revisão do sistema europeu comum de asilo e abrir vias legais e controladas, seguras, para que requerentes de asilo e refugiados não tenham que pôr as vidas à mercê dos traficantes que a falta de gestão europeia vem, de facto, alimentando?”

Carlos Coelho (PPE) ”Senhor Presidente, palavras finais, primeiro, para agradecer a todos os shadow relatores que ajudaram a construir este relatório e a todos aqueles que, ao longo deste tempo, têm trabalhado no Schengen Working Group; segundo, para recordar que aquilo que temos de proteger é a liberdade de circulação e que as fronteiras internas, e que

os controlos nas fronteiras internas, são um regresso ao passado. Destruir Schengen é demolir a Europa dos cidadãos. Temos, portanto, todos a obrigação de salvar Schengen e creio que amanhã se tornará evidente que há nesta Casa uma maioria clara para defender este património.

Sr. Comissário Avramopoulos, todos temos uma responsabilidade, mas a Comissão também. Tem de exercer os seus poderes e não duvide do apoio deste Parlamento para este efeito, porque há dificuldade em fazer que o Conselho compreenda o que está em causa. Hoje foi sensível a ausência do Conselho neste debate. Não pudemos ouvir as suas opiniões e não lhe pudemos transmitir as nossas mensagens, mas como disse, e bem, o Conselho é essencial porque há responsabilidades próprias dos Estados-Membros não apenas relativamente às fronteiras, mas relativamente à confusão em que todos estamos envolvidos. Sr. Comissário, todos nós, Comissão, Parlamento e Conselho, temos a mesma obrigação: a obrigação de devolver Schengen aos cidadãos europeus”.

Mecanismo de proteção civil: PE pronto para iniciar negociações com Estados-Membros

O Parlamento Europeu (PE) deu luz verde ao início das negociações com os Estados-Membros sobre o novo sistema europeu de resposta a catástrofes naturais (“rescEU”).

A proposta relativa ao mecanismo de proteção civil da União Europeia (UE) prevê a criação de uma reserva de ativos de proteção civil, a nível europeu, para reforçar a capacidade de resposta da UE a catástrofes naturais e as medidas de prevenção e preparação. Esta iniciativa foi apresentada pela Comissão Europeia em 23 de novembro para fazer face a catástrofes naturais cada vez mais complexas e frequentes, como os incêndios florestais que assolaram Portugal no ano passado.

A reserva de meios deverá incluir aviões de combate a incêndios, bombas de água especiais, equipas de busca e salvamento em meio urbano, hospitais de campanha e equipas médicas de emergência.

O texto legislativo que servirá de base para as negociações com o Conselho da UE (governos nacionais) foi aprovado em plenário por 431 votos a favor, 99 contra e 97 abstenções.

As negociações entre o PE, o Conselho e a Comissão (os chamados “trólogos”) poderão ter início quando os Estados-Membros chegarem a uma posição sobre a proposta.

Em 2017, os incêndios devastaram o sul do continente, queimando mais de um milhão de hectares e fazendo mais de 100 vítimas mortais em apenas seis meses. Várias tempestades tropicais assolaram também os territórios europeus ultramarinos nas Caraíbas e furacões violentos provocaram inundações e destruição na frente atlântica da Europa do Norte, levando a assistência europeia ao limite das suas capacidades.

Dados do Eurobarómetro têm demonstrado que, para 90 % dos inquiridos, é importante que a UE contribua para coordenar a resposta às catástrofes no seu território através do seu papel em matéria de proteção civil. A maioria dos cidadãos europeus (56 %) considera que o respetivo país não dispõe de meios suficientes para fazer face, por si só, a todas as grandes catástrofes.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

José Manuel Fernandes (PPE), “*Em primeiro lugar, parabéns pela proposta da Comissão que vem ao encontro dos nossos anseios. Como todos sabemos, Portugal viveu uma*

tragédia em 2017 em virtude dos incêndios que ocorreram. Foram mais de 100 vidas humanas perdidas, uma tragédia que não se pode repetir.

Se este mecanismo estivesse em ação, poderíamos ter poupado estas vidas e essa é uma nossa obrigação, salvar vidas humanas. Por isso, congratulo-me com esta proposta, com este novo mecanismo, e também lhe quero dizer que vou ver qual será a solidariedade dos Estados-Membros quando discutirmos as questões orçamentais.

Para 2019 e 2020, precisamos de 280 milhões de euros. Para novas prioridades são necessários também novos recursos financeiros e por isso aquilo que o Parlamento defende é que os 280 milhões de euros sejam adicionais e não resultem de cortes de outras políticas. É esta a nossa defesa e contamos também com o apoio da Comissão para este objetivo. Um mecanismo que não pode esquecer a prevenção e que obviamente é supletivo e não se substitui aos Estados-Membros”.

Paulo Rangel (PPE): *“Há muito tempo que defendo uma força europeia de proteção civil e, portanto, não estou satisfeito ainda com o grau a que chegámos. Acho que este é um avanço muito grande, tendo em conta a situação que tínhamos anteriormente, mas que nós, União Europeia, devemos caminhar para um sistema ainda mais integrado e mais avançado, com um verdadeiro corpo de proteção civil para as grandes catástrofes. Isso significa, portanto, incêndios, inundações, acidentes ambientais, como acidentes nucleares ou químicos, tremores de terra e outro tipo de eventos. Para isso, acho que devemos olhar essencialmente para este ponto.*

Nenhum Estado, em particular os pequenos e médios, tem recursos para poder, por si só, ter todos os meios que são necessários para catástrofes de grande dimensão e, por isso, é absolutamente necessário que tenhamos a capacidade de partilhar recursos, porque, como sabemos, é muito pouco provável que uma onda de catástrofes desta natureza possa replicar-se ao mesmo tempo em todos os lados e, portanto, isto permitirá poupanças à União Europeia, aos cidadãos europeus, aos Estados europeus e, ao mesmo tempo, as vantagens de terem skills e conhecimento e expertise nesta área”.

João Ferreira (CEUE/EVN): *“Defendemos a cooperação entre Estados na resposta a situações de catástrofe, sobretudo as de grandes dimensões. Essa cooperação pode envolver coordenação de esforços, empréstimo ou mesmo partilha de meios, mas não devemos esquecer alguns aspetos importantes.*

A proteção das pessoas, das infraestruturas, dos bens, a proteção do território, da Natureza, é uma obrigação dos Estados, uma função que toca no âmago da sua soberania. Para ser convenientemente exercida, são necessários meios próprios robustos e adequados aos riscos em presença. Os serviços de proteção civil, pela sua própria natureza, exigem uma forte ligação ao território e exigem um profundo conhecimento do território e das populações. Tal tem implicações, também, nas cadeias de comando, que mesmo em situações de cooperação ou de auxílio devem manter-se no plano nacional.

A União Europeia, que não tem feito tudo o que podia, por exemplo, no domínio do apoio aos Estados-Membros no desenvolvimento de capacidades próprias, desde logo na prevenção, quer agora fazer mais do que deve. A usurpação de cadeias de comando para um plano supranacional, por exemplo, suscita riscos não despididos para além de fundada objeção política”.

Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE): *“Daqui sai, efetivamente, uma proposta para um mecanismo de proteção civil com capacidade operacional reforçada e com referências específicas ao apoio que é dado às regiões ultraperiféricas em caso de catástrofes naturais.*

É fulcral que este apoio se traduza numa articulação entre este mecanismo, os Fundos Estruturais, bem como o Fundo de Solidariedade.

O Sr. Comissário aqui falou e alguns colegas que, efetivamente, os Estados-Membros têm que ter o controlo e a responsabilidade dos seus territórios. Cooperação e solidariedade têm que começar também dentro do próprio território e, por isso, é de lamentar que o Governo socialista português se tenha comprometido, em novembro de 2016, a reforçar em 30 milhões de euros o Fundo de Coesão para a recuperação da Madeira, após os incêndios de agosto e que, até hoje, esse reforço, esse apoio, essa solidariedade não tenham ainda sido vertidos e não tenham passado de palavras vãs.

A prevenção, a gestão de risco, a implementação dos sistemas de alertas e reposição de equipamentos de combate aos incêndios podem estar em risco e, por isso, esta solidariedade tem que ser vertida e tem que ter também o apoio da União”.

Liliana Rodrigues (S&D): *“As alterações ao mecanismo de proteção civil criaram uma preciosa reserva de recursos materiais e humanos. É bom que os cidadãos e os governos europeus percebam que este mecanismo não se fará substituir às responsabilidades próprias dos Estados-Membros e que qualquer intervenção terá sempre que ser pré-autorizada.*

O que é que muda? O investimento na formação e na investigação, a criação de grupos locais de intervenção, o programa Erasmus de Proteção Civil, o reforço da cooperação com países terceiros e um papel bem mais ativo das regiões ultraperiféricas.

O reforço deste mecanismo significa, pois, darmos um sentido real à palavra solidariedade nos momentos mais difíceis que um Estado-Membro pode passar. Significa também aumentar e dar mais proteção aos cidadãos que fazem parte desta União. Não há nada mais importante do que a certeza de que, em caso de necessidade, o dever de auxílio caberá a todos os membros desta família, desta União. Sr. Comissário, não posso deixar de agradecer por ter avançado em boa hora com esta proposta. Ninguém, nem nenhum país, está livre da imprevisibilidade de uma catástrofe”.

Ordem do dia 28 a 31 Maio de 2018

► Segunda-feira, 28 de Maio

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Decisão da Comissão adotada relativamente ao terceiro pacote sobre mobilidade - *Declaração da Comissão*

Plano plurianual para as unidades populacionais demersais do mar do Norte e para as pescarias que exploram essas unidades populacionais - *Relatório: Ulrike Rodust (A8-0263/2017)*

Debate conjunto - Setor das pescas da UE

Otimização da cadeia de valor no setor das pescas da UE - *Relatório: Clara Eugenia Aguilera García (A8-0163/2018)*

Conformidade dos produtos da pesca com os critérios de acesso ao mercado da UE - *Relatório: Linnéa Engström (A8-0156/2018)*

O futuro da alimentação e da agricultura - *Relatório: Herbert Dorfmann (A8-0178/2018)*

Implementação de ferramentas da PAC a favor dos jovens agricultores na UE após a reforma de 2013 - *Relatório: Nicola Caputo (A8-0157/2018)*

Mecanismo Interligar a Europa após 2020 - *Declaração da Comissão*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Interpretação e aplicação do Acordo Interinstitucional «Legislar melhor» - *Relatório: Pavel Svoboda, Richard Corbett (A8-0170/2018)*

Finanças sustentáveis - *Relatório: Molly Scott Cato (A8-0164/2018)*

Painel de Avaliação da Justiça na UE de 2017 - *Relatório: Jytte Guteland (A8-0161/2018)* 2

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Terça-feira, 29 de Maio

09:00 - 11:50

Quadro Financeiro Plurianual para 2021-2027 e os recursos próprios - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços - *Relatório: Elisabeth Morin-Chartier, Agnes Jongerius (A8-0319/2017)*

12:00 - 12:30 - Sessão solene

Discurso de Alpha Condé, Presidente da República da Guiné

12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

Prorrogação do mandato da Comissão Especial sobre o Terrorismo

Intervalos de mortalidade por pesca e níveis de salvaguarda de certas unidades populacionais de arenque no mar Báltico - *Relatório: Alain Cadec (A8-0149/2018)*

Estatísticas dos transportes de mercadorias por vias navegáveis interiores (codificação) - *Relatório: Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (A8-0154/2018)*

Acordo entre a UE e a Suíça sobre a acumulação da origem entre a UE, a Suíça, a Noruega e a Turquia no âmbito do Sistema de Preferências Generalizadas - *Recomendação: Tiziana Beghin (A8-0151/2018)*

Acordo entre a UE e a Noruega sobre a acumulação da origem entre a UE, a Suíça, a Noruega e a Turquia no âmbito do Sistema de Preferências Generalizadas - *Recomendação: Tiziana Beghin (A8-0152/2018)*

Acordo entre a UE e a Noruega sobre a cooperação administrativa, a luta contra a fraude e a cobrança de créditos no domínio do imposto sobre o valor acrescentado - *Relatório: Miguel Viegas (A8-0147/2018)*

Otimização da cadeia de valor no setor das pescas da UE - *Relatório: Clara Eugenia Aguilera García (A8-0163/2018)*

Implementação de ferramentas da PAC a favor dos jovens agricultores na UE após a reforma de 2013 - *Relatório: Nicola Caputo (A8-0157/2018)*

Plano plurianual para as unidades populacionais demersais do mar do Norte e para as pescarias que exploram essas unidades populacionais - *Relatório: Ulrike Rodust (A8-0263/2017)*

Destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços - *Relatório: Elisabeth Morin-Chartier, Agnes Jongerius (A8-0319/2017)*

Medidas de gestão, de conservação e de controlo aplicáveis na área da Convenção da Organização Regional de Gestão das Pescas do Pacífico Sul (SPRFMO) - *Relatório: Linnéa Engström (A8-0377/2017)*

Finanças sustentáveis - *Relatório: Molly Scott Cato (A8-0164/2018)*

Painel de Avaliação da Justiça na UE de 2017 - *Relatório: Jytte Guteland (A8-0161/2018)*

15:00 - 23:00

A situação na Faixa de Gaza e o estatuto de Jerusalém - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

A situação na Nicarágua - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Taxas aduaneiras impostas pelos EUA no sector do aço e do alumínio e a resposta da UE - *Declaração da Comissão*

Recomendação ao Conselho, à Comissão e à Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante sobre a Líbia - *Relatório: Pier Antonio Panzeri (A8-0159/2018)*

Relatório anual sobre o funcionamento do espaço Schengen - *Relatório: Carlos Coelho (A8-0160/2018)*

Normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade - *Relatório: Teresa Jiménez-Becerril Barrio, Angelika Mlinar (A8-0168/2018)*

Defesa contra as importações objeto de dumping e de subvenções dos países não membros da Comunidade

► Quarta-feira, 30 de Maio

09:00 - 11:30

Debate com o Primeiro-Ministro do Luxemburgo, Xavier Bettel, sobre o Futuro da Europa

12:00 - 12:30 - Sessão solene

Discurso de Juan Manuel Santos Calderón, Presidente da República da Colômbia

12:00 - 14:30 VOTAÇÃO

Mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para prestar assistência à Grécia, à Espanha, à França e a Portugal - *Relatório: José Manuel Fernandes (A8-0175/2018)*

Projeto de orçamento rectificativo n.º 1/2018 que acompanha a proposta de mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para prestar assistência à Grécia, à Espanha, à França e a Portugal - *Relatório: Siegfried Mureşan (A8-0176/2018)*

Defesa contra as importações objeto de dumping e de subvenções dos países não membros da Comunidade Europeia - *Recomendação para segunda leitura: Christofer Fjellner (A8-0182/2018)*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: EGF/2018/000 TA 2018 — Assistência técnica por iniciativa da Comissão - *Relatório: Eider Gardiazabal Rubial (A8-0172/2018)*

Objecção nos termos do artigo 106.º do Regimento: Milho geneticamente modificado GA21 (MON-ØØØ21- 9) (D056125)

Objecção nos termos do artigo 106.º do Regimento: Milho geneticamente modificado 1507 x 59122 x MON 810 x NK603 e milho geneticamente modificado combinando dois ou três dos eventos únicos 1507, 59122, MON 810 e NK603 (D056123)

Conformidade dos produtos da pesca com os critérios de acesso ao mercado da UE - *Relatório: Linnéa Engström (A8-0156/2018)*

O futuro da alimentação e da agricultura - *Relatório: Herbert Dorfmann (A8-0178/2018)*

Interpretação e aplicação do Acordo Interinstitucional «Legislar melhor» - *Relatório: Pavel Svoboda, Richard Corbett (A8-0170/2018)*

Quadro Financeiro Plurianual para 2021-2027 e os recursos próprios - *Propostas de resolução*

Recomendação ao Conselho, à Comissão e à Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante sobre a Líbia - *Relatório: Pier Antonio Panzeri (A8-0159/2018)*

Relatório anual sobre o funcionamento do espaço Schengen - *Relatório: Carlos Coelho (A8-0160/2018)*

Normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade - *Relatório: Teresa Jiménez-Becerril Barrio, Angelika Mlinar (A8-0168/2018)*

Relatório anual sobre a aplicação da Política Comercial Comum - *Relatório: Tokia Saïfi (A8-0166/2018)*

15:00 - 23:00

Valores da UE e proliferação da corrupção e da criminalidade através dos «vistos dourados» - *Debate sobre temas de atualidade (artigo 153.º-A do Regimento)*

Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia - *Relatório: Elisabetta Gardini (A8-0180/2018)*

Manipulação do odómetro em veículos motorizados: revisão do quadro jurídico da UE - *Relatório: Ismail Ertug (A8-0155/2018)*

Extensão do âmbito de aplicação do Capítulo I do Regulamento Bruxelas II-A a fim de incluir as parcerias registadas (reformulação) - *Pergunta oral (O-000027/2018 - B8-0023/2018)*

Impacto da deslocalização nos trabalhadores e nas regiões - *Declaração da Comissão*

Utilização dos fundos do IPA na Turquia - *Declaração da Comissão*

Igualdade de género e emancipação das mulheres: transformar as vidas das raparigas e mulheres através das relações externas da UE no período de 2016-2020 - *Relatório: Linda McAvan, Dubravka Šuica (A8-0167/2018)*

Execução da Estratégia da UE para a Juventude - *Relatório: Eider Gardiazabal Rubial (A8-0162/2018)*

Aplicação da Diretiva relativa à conceção ecológica - *Relatório: Frédérique Ries (A8-0165/2018)*

► Quinta-feira, 31 de Maio

09:00 - 11:50

Resposta às petições sobre a luta contra a precariedade e a utilização abusiva de contratos a termo certo - *Pergunta oral (O-000054/2018 - B8-0022/2018)*

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

A situação das pessoas detidas no Irão que possuem simultaneamente nacionalidade iraniana e de um país da UE

Defensores dos direitos das mulheres na Arábia Saudita

Sudão, nomeadamente a situação de Noura Hussein Hammad

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Nomeação de um membro para o comité de seleção para o Gabinete da Procuradoria Europeia

Manipulação do odómetro em veículos motorizados: revisão do quadro jurídico da UE - *Relatório: Ismail Ertug (A8-0155/2018)*

Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia - *Relatório: Elisabetta Gardini (A8-0180/2018)*

Mecanismo Interligar a Europa após 2020 - *Propostas de resolução*

A situação na Nicarágua - *Propostas de resolução*

Igualdade de género e emancipação das mulheres: transformar as vidas das raparigas e mulheres através das relações externas da UE no período de 2016-2020 - *Relatório: Linda McAvan, Dubravka Šuica (A8-0167/2018)*

Execução da Estratégia da UE para a Juventude - *Relatório: Eider Gardiazabal Rubial (A8-0162/2018)*

Aplicação da Diretiva relativa à conceção ecológica - *Relatório: Frédérique Ries (A8-0165/2018)*

Resposta às petições sobre a luta contra a precariedade e a utilização abusiva de contratos a termo certo - *Propostas de resolução*

15:00 - 16:00 Interpeleções extensas

Interpeleções extensas (Artigo 130.º-B do Regimento)

O-000032/2018 13

O-000042/2018